



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+
Zoom-Edições
Anteriores

Busca

ANO V - Número 55
Brasília, 10/10/2011

Especial - Dois anos de Lei Maria da Penha

Lei Maria da Penha, já!

Na data em que a Lei Maria da Penha (11.340/06), completou dois anos de sanção, o jornal Folha de S. Paulo publicou na edição de quinta-feira (07/08), um artigo da ministra Nilcéa Freire, da SPM. Nele, ela afirma que a lei é um dos marcos legais com o mais amplo apoio da sociedade brasileira na história recente de nossa democracia. "Mas, sua diferenciada aplicação em todo o território nacional indica um descompasso entre as demandas da sociedade e a Justiça, ao mesmo tempo em que coloca desafios gigantescos para todos os Poderes, bem como para toda a sociedade", disse Nilcéa Freire. [Leia a íntegra do artigo.](#)



I Encontro Nacional das PLPs I



Promotoras Legais Populares

Às vésperas de a Lei Maria da Penha completar dois anos, 300 promotoras legais populares (PLPs), das cinco regiões do país, reuniram-se, no último dia 6, durante o I Encontro Nacional de Promotoras Legais Populares para discutir as dificuldades na implementação da lei. O medo de retaliação, a ausência de delegacias especializadas e o questionamento judicial sobre a legalidade da lei foram os principais motivos apontados para que a norma não consiga sair definitivamente do papel. Para contribuir com a efetiva implementação da Lei Maria da Penha, as PLPs recomendaram as seguintes questões sejam cumpridas: aumento da divulgação da Lei Maria da Penha e da Central de Atendimento à Mulher, garantia do funcionamento das DEAMs durante os finais de semana e feriados, criação do Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher com equipes multidisciplinares em todos os estados da federação, criação do banco de dados nacional com sistema integrado de registro, ficando a SPM como órgão sistematizador, disponibilizando os dados à sociedade civil, dentre outras. [Veja a lista completa das recomendações.](#)



AGENDA

Brasil e Reino Unido

A SPM, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o British Council realizam, nos dias 18 e 19 de agosto, no Rio de Janeiro, o Seminário Internacional sobre Oportunidades Iguais e Diversidade nas Empresas, com foco especial em gênero, raça/etnia e pessoas com deficiência. Seu objetivo é discutir os benefícios e os desafios de valorizar e administrar esses temas nas empresas e o papel das empresas privadas e públicas, no esforço de promover a igualdade de oportunidades como forma de respeitar as diferenças e fortalecer o capital humano. Participam da abertura do seminário a ministra Nilcéa Freire, da SPM, os ministros Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Paulo Vanucci, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Luciano Coutinho, presidente do BNDES, David Cordingley, diretor do British Council no

I Encontro Nacional das PLPs II



Ministra Nilcéa, a coordenadora geral da ONG Themis, Rúbia Abs e a representante da Unifem, Júnia Puglia

Promovido pela ONG Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão e com o apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), o evento foi realizado na Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, em Brasília. Participaram da abertura do encontro, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, a representante do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher (Unifem), Júnia Puglia, a coordenadora-geral da ONG Themis, Rúbia Abs, uma representante das promotoras legais populares e a coordenadora-executiva do Fundo Ângela Barbosa, Amália Fischer.

PLPs



Promotora Legal Popular

São mulheres líderes comunitárias de camadas populares, de diferentes áreas profissionais, que freqüentam cursos de educação jurídica, onde recebem noções básicas sobre a estrutura do Estado de Direito e as principais leis relacionadas às questões da condição da mulher, da família e direitos humanos. O trabalho vai desde o acompanhamento de vítimas de violência, levando-as às delegacias, ao auxílio a mulheres que não conseguem se divorciar. O projeto das PLPs foi desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (Ibap), pela União de Mulheres de São Paulo e pelo Movimento do Ministério Público Democrático.

Dois anos de Lei I

Em comemoração ao segundo aniversário da lei, foi realizada no último dia 7, no salão Nobre do Palácio do Planalto, uma cerimônia que contou com a presença do presidente da República em exercício, José Alencar, da ministra Nilcéa Freire, da SPM, da representante das promotoras legais populares (PLPs), Kátia Regina Oliveira, da Maria da Penha - biofarmacêutica símbolo

Brasil, e da Maria Cristina Nascimento, do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Responsabilidade Social. O seminário conta com o apoio do Instituto Ethos, da SEPPIR, da SEDH e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Fazendo Gênero I

Do dia 25 a 28 de agosto, será realizado, em Florianópolis (SC), o Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder. Trata-se de um importante evento na área de estudos sobre gênero, que pretende dar seqüência ao projeto de encontros bianuais que se realizam tradicionalmente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) há mais de uma década. Além dos temas norteadores desse seminário (corpo, violência e poder), haverá Simpósios Temáticos com outros assuntos. A ministra Nilcéa Freire, da SPM, participa da solenidade de abertura, onde fala sobre as ações do Programa Mulher e Ciência, como o 4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero que selecionará, até 31 de outubro, redações e artigos científicos de estudantes de ensino médio (escolas públicas, privadas e técnicas), de graduação e de pós-

graduação.



Fazendo Gênero II

Dentre as atividades programadas pelo Fazendo Gênero 8, a SPM realizará a primeira reunião preparatória do 2º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa Pensando Gênero e Ciências, que acontecerá no primeiro semestre de 2009, em Florianópolis, durante o seminário Pensando Gênero e Ciências. No dia 27, a gerente de projetos da SPM e integrante do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (Unicamp), Maria Margaret Lopes, participa da mesa Gênero, Ciências e Tecnologia. A subsecretária de Planejamento e professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Lourdes Bandeira, participa no dia 28 da mesa Violência, Saúde e Direitos Humanos. Também lotada na Subsecretaria de Planejamento da SPM, a assessora Luana Simões Pinheiro e o Coordenador da Central de Atendimento a Mulher, Ligue 180, Pedro Ferreira, apresentam a experiência da Central de Atendimento à Mulher (Ligue180), trabalho elaborado em colaboração com a pesquisadora do IPEA e ex consultora da SPM, Aline Bonetti.



ACONTECEU

Bom Dia Ministro

Nesta quarta-feira (06/08), a ministra Nilcéa Freire falou ao Programa Bom Dia Ministro sobre os dois anos de Lei Maria da Penha. Durante a entrevista, a ministra afirmou que a Lei Maria da Penha diminuiu a tolerância da sociedade brasileira aos casos de violência contra a mulher. Também informou sobre o I Encontro Nacional das Promotoras Legais Populares, que acontece hoje e amanhã em Brasília. Participaram do programa 14 emissoras de rádios. [Ouça a entrevista](#)



CNDM repudia declarações de juiz I

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) manifestou, por meio de nota, repúdio às declarações do juiz Marcelo Colombelli, da 2ª Vara Criminal de Erechim (RS), que disse que a Lei Maria da Penha "é inconstitucional na medida em que viola o artigo 5º, que estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações". Entre junho e julho, todos os pedidos de medidas protetivas amparadas pela lei que chegaram ao juiz foram

Dois anos de Lei II - Maior rigor na aplicação

"Essa foi a melhor forma para celebrar os dois anos de sanção da Lei Maria da Penha", disse a ministra Nilcéa Freire em seu discurso. A ministra agradeceu aos promotores e operadores de direito aliados à implementação da Lei Maria da Penha e em defesa dos direitos das mulheres no país, dirigindo-se especialmente à Laís Cerqueira, promotora e coordenadora do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. À Maria da Penha, Nilcéa destacou sua representatividade para o combate à violência contra a mulher: "a quem devemos o símbolo do seu nome no Brasil e no mundo". O principal ponto da cerimônia foi a entrega do documento com denúncias dos casos de violação da Lei Maria da Penha e recomendações para maior rigor na aplicação da legislação. O documento, elaborado pelas PLPs durante o I Encontro Nacional de Promotoras Legais Populares, no dia 6 de agosto, em Brasília, foi entregue nas mãos do presidente da República em exercício, José Alencar, pela promotora legal popular Kátia Regina Oliveira.



Nilcéa Freire discursa no aniversário de 2 anos da Lei

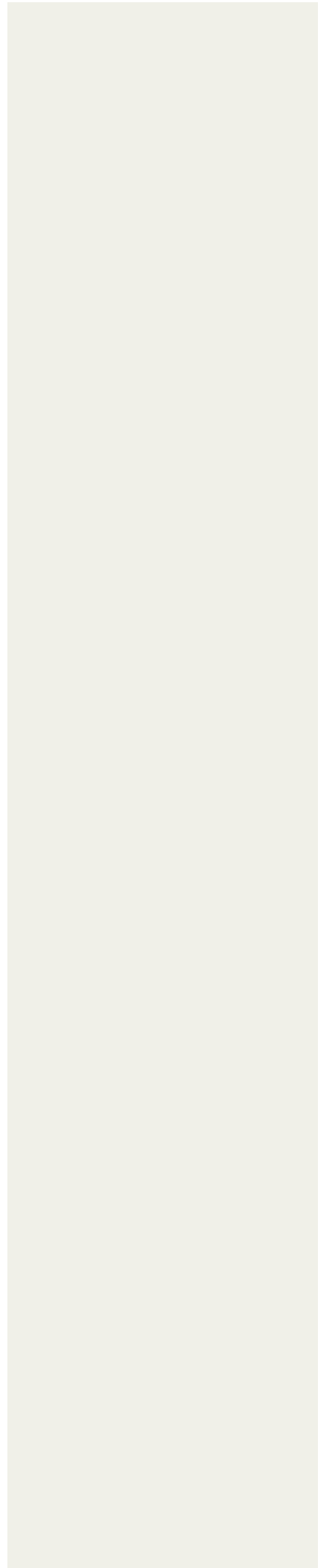
Dois anos de Lei III - Mudança Cultural

Repensando os cumprimentos do presidente Lula, o presidente em exercício, José Alencar, apontou a importância do combate à violência contra as mulheres e o compromisso com as novas gerações. "No interior das casas são criados os filhos que precisam aprender que os pais devem respeitar as mães", disse ele ao fazer referência a maior incidência de agressões contra mulheres casadas ou em união estável. Alencar também salientou a emoção de conhecer Maria da Penha frente aos efeitos da lei em todo o país. A promotora legal popular Kátia Regina Oliveira explicitou o compromisso da rede de PLPs: "não queremos que as mulheres sofram tanto com a violência como temos sofrido. Nós, mulheres negras, as lésbicas e homossexuais", lembrou a PLP em alusão às discriminações que atingem esses três grupos sociais. A coordenadora geral da ONG Themis, Rúbia Abs, citou o pioneirismo de sua organização em trazer a experiência das PLPs para o Brasil e da presença delas em todo o país. E também fez menção ao poder transformador das leis na vida das pessoas.

indeferidos. O magistrado afirmou que a "protecionista" legislação desrespeitaria a Constituição Federal, uma vez que não trata como "iguais" homens e mulheres.

CNDM repudia declarações de juiz II

Colombelli alegou que o "equivoco dessa lei foi pressupor uma condição de inferioridade da mulher, que não é a realidade da região Sul do Brasil, nem de todos os casos, seja onde for. Não podem ser criados privilégios generalizados. Isso afronta a Constituição, principalmente porque tolhe do aplicador da lei a possibilidade de analisar cada caso como uma realidade própria. Parte-se do pressuposto, muitas vezes não confirmado, de que o homem é o agressor e a mulher é sempre a vítima". O juiz também afirmou que a "a melhor forma de a mulher se proteger é não escolher homem bagaceiro e pudim de cachaça, pedindo separação ou divórcio, quando preciso, e não perpetuando uma situação insustentável". [Leia íntegra da nota](#), intitulada "A favor da Lei Maria da Penha"



Repassando os cumprimentos do presidente Lula, o presidente em exercício, José Alencar, apontou a importância do combate à violência contra as mulheres e o compromisso com as novas gerações. "No interior das casas são criados os filhos que precisam aprender que os pais devem respeitar as mães", disse ele ao fazer referência a maior incidência de agressões contra mulheres casadas ou em união estável. Alencar também salientou a emoção de conhecer Maria da Penha frente aos efeitos da lei em todo o país. A promotora legal popular Kátia Regina Oliveira explicitou o compromisso da rede de PLPs: "não queremos que as mulheres sofram tanto com a violência como temos sofrido. Nós, mulheres negras, as lésbicas e homossexuais", lembrou a PLP em alusão às discriminações que atingem esses três grupos sociais. A coordenadora geral da ONG Themis, Rúbia Abs, citou o pioneirismo de sua organização em trazer a experiência das PLPs para o Brasil e da presença delas em todo o país. E também fez menção ao poder transformador das leis na vida das pessoas.



Cerimônia de celebração dos 2 anos da Lei Maria da Penha

STF recebe recomendações

**Expediente:**

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale (DF 2488JP)

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.

Em seguida à solenidade no Palácio do Planalto, uma comissão de promotoras legais populares - que representavam as 300 PLPs - também entregou ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, documento com denúncias dos casos de violação da Lei Maria da Penha e recomendações para a efetiva implementação da legislação. Estavam presentes ao encontro, a ministra Nilcéa Freire, a biofarmacêutica Maria da Penha, a conselheira Andréa Pachá, coordenadora dos trabalhos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) relacionados à implantação da lei, e a coordenadora geral da ONG Themis, Rúbia Abs. Na ocasião, a ministra Nilcéa Freire falou ao ministro Gilmar Mendes sobre a pesquisa Ibope/Themis e os dados da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), divulgados pela manhã.





denúncias sobre violação da Lei e recomendações das PLPs

Ministro Gilmar Mendes recebe documento com

Maria da Penha é eficaz

Após dois anos de sanção da lei, completados na última quinta-feira (07/08), a pesquisa Ibope/Themis revelou que a maioria da população brasileira conhece a Lei Maria da Penha (68%) e sabe da sua eficácia (83%). Isso significa que a sociedade brasileira está mais vigilante e menos tolerante aos casos de violência contra as mulheres. Com três perguntas dirigidas à opinião pública, o levantamento aferiu o grau de conhecimento espontâneo da lei. A pergunta: "Você conhece, ainda que de ouvir falar, a Lei Maria da Penha?" obteve resposta positiva de 68% dos entrevistados, contra 32% que não conhecem ou não opinaram. Na questão, a lei é mais conhecida nas regiões Norte e Centro-Oeste (83%). Com o apoio da SPM e em parceria com o Instituto Patrícia Galvão, o estudo foi realizado entre os dias 17 e 21 de julho, com 2002 entrevistados em 142 municípios brasileiros. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.



Maria da Penha inibe violência

Na pesquisa, a população percebe que a legislação inibe a violência contra a mulher. Do total de entrevistados, 33% acreditam que a lei pune a violência doméstica; 21% pensam que ela pode evitar ou diminuir a violência contra a mulher; e 13% sentem que a lei tem ajudado a resolver o problema da violência. Existe entre os entrevistados a percepção de que se trata de uma lei que coloca o agressor na cadeia (20%). Por outro lado, 5% acham que a legislação não tem resolvido o problema da mulher que sofre violência e 6% acreditam que a lei não funciona porque não é muito conhecida.



Maria da Penha ajuda

Na sequência, é fornecida ao entrevistado a informação de que a Lei Maria da Penha "define as punições e encaminhamentos para as situações em que a mulher sofre algum tipo de violência de seu companheiro". Diante de uma cartela com sete opções, 64% dos entrevistados indicaram que a legislação "só ajuda", 19% informaram que a lei "mais ajuda do que atrapalha" e apenas 5% disseram que ela "mais atrapalha do que ajuda/só atrapalha". Isso significa que 83% dos entrevistados têm uma percepção positiva da Lei Maria da Penha.



DEAMs são as mais procuradas

Quanto aos serviços, o levantamento faz a seguinte pergunta "Pelo que você sabe, de modo geral, quando uma mulher é agredida pelo companheiro, ela costuma procurar algum tipo de serviço ou apoio, ou

não costuma procurar?". Do universo total, 38% acreditam que as mulheres agredidas procuram as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e 19% disseram que elas buscam as delegacias de polícia. Apesar da percepção do problema da violência doméstica contra a mulher e do conhecimento da Lei Maria da Penha, 42% responderam que as mulheres "não costumam procurar serviço ou apoio" em caso de agressão do companheiro.



Balanço semestral da Central I

Dados da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) - divulgados no aniversário de dois anos da Lei Maria da Penha- , mostram que, de janeiro a junho, foram registrados 121.891 atendimentos. Isso significa um aumento de 107,9% em relação ao mesmo período de 2007 (58.417). Maior divulgação da lei, melhorias tecnológicas, aperfeiçoamento do sistema e capacitação das atendentes contribuíram para esse crescimento. Parte significativa desse total, deve-se à busca por informações sobre a Lei Maria da Penha, que registrou, no primeiro semestre deste ano, 49.025 atendimentos contra 11.020 (primeiro semestre de 2007). O crescimento corresponde a 346%.



Balanço semestral da Central II

Nos 121.891 atendimentos realizados neste semestre, a participação das unidades da federação foi diferenciada, em relação à sua população absoluta. O cruzamento do número de atendimentos para cada 50 mil mulheres por estado revelou que o Distrito Federal foi o que mais entrou em contato com a Central, com: 132,8 atendimentos para cada 50 mil mulheres. Em segundo lugar, está São Paulo (96,4) e em terceiro o Pará.

UF	Atendimentos por 50 mil mulheres	UF	Atendimentos por 50 mil mulheres
DF	132,8	PR	46
SP	96,4	RN	
Tipo de denúncia/relato de violência	1º semestre 2008		
Violência Física	5.879		
Violência Psicológica	2.502		
Violência Moral	717		
Violência Sexual	213		
Violência Patrimonial	152		



Coletiva divulga pesquisa e dados do Ligue 180

Para a divulgação da pesquisa Ibope/Themis e dos dados da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), a SPM, junto com a ONG Themis e o Instituto Patrícia

Galvão, realizou uma coletiva de imprensa, no dia 7, no Palácio do Planalto. Na ocasião, a ministra Nilcéa Freire, a coordenadora da pesquisa, Fátima Pacheco Jordão, a coordenadora geral da ONG Themis, Rúbia Abs, e a biofarmacêutica Maria da Penha responderam as perguntas dos jornalistas. A pesquisadora Fátima Jordão apresentou o estudo aos presentes e fez uma análise.

Créditos das fotos: Glaucio Dettmar



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone:: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br